

REVENDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: PONTO DE PARTIDA PARA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO RUMO

Mary Neide Damico FIGUEIRÓ¹

RESUMO: Este artigo apresenta, inicialmente, um apanhado geral da história da Educação Sexual no Brasil. Em seguida, é delineada uma síntese da história da Educação Sexual em uma das cidades do sul do Brasil, de significativa posição econômica e social, a fim de estabelecer uma ponte de reflexão entre o que se tem registrado na história da Educação Sexual do país como um todo e na história de cidades não alocadas no eixo Rio-São Paulo. Conclui-se que o entendimento dos fatos históricos podem oferecer elementos para mudar o rumo da história e pode ser útil ao educador para poder envolver-se concreta e afetivamente com a Educação Sexual e repensar o seu processo pessoal de preparação e envolvimento com esse tipo de educação. A partir deste ponto, o apanhado geral que se apresenta da história da Educação Sexual no Brasil foi retirado da dissertação da presente autora, intitulada: "Educação Sexual no Brasil : Estado da Arte de 1980 a 1993". USP, 1995. Uma média de 250 professores, sendo a maioria de 1ª a 4ª séries e alguns de 5ª a 8ª. A coordenação do Projeto é de responsabilidade da autora deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Sexual; História da Educação Sexual; Educação Sexual no Brasil.

A preparação para a atuação em toda e qualquer área do conhecimento requer dos profissionais, tanto o entendimento de como nasceu e desenvolveu-se a ciência que lhe deu os subsídios teóricos e práticos, como o entendimento de como e quando nasceu a atividade ou prática profissional pertinente àquele conhecimento.

Assim sendo, para o professor que se dispõe a desenvolver trabalhos de Educação Sexual junto a crianças e adolescentes, é importante conhecer a história desse tipo de educação em seu país.

Evidentemente, a Educação Sexual não deve ser vista como uma ação que ocorre à parte da educação global do indivíduo, mas, pelo contrário, deve ser entendida como parte da mesma.

Assim sendo, compartilha de toda a história da educação de nosso país, tendo sido influenciada pelos mesmos elementos que têm influenciado a educação como um todo. Desenvolve, porém, a sua história peculiar, que necessita ser registrada e divulgada.

É de conhecimento geral da população que, no final de 1997, o MEC oficializou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que, consoantes com a LDB n.9.394/96, consideram que a orientação sexual [termo do qual eu discordo] é um tema social e urgente, que precisa ser contemplado no currículo do ensino fundamental.

Essa exigência pode, sem dúvida, dar nova força à história da Educação Sexual, que vem registrando um crescimento do interesse das escolas por educar sexualmente seus alunos, a partir do final da década de 80, mais especificamente, início da de 90.

Some-se a isso o forte impulso que os meios de comunicação, especialmente a TV, vêm dando para a questão, nos dois últimos anos, apresentando variedade de reportagens que discutem o papel da escola, da família e apresentam depoimentos de estudantes que têm, ou não, vivido a Educação Sexual na escola, deixando claro que a necessidade e o interesse sentidos pelos mesmos são representativos da grande maioria dos estudantes, em qualquer nível de ensino.

Mas, perguntaríamos: como o ensino da sexualidade na escola foi tratado até hoje, pelos seus dirigentes, pelos educadores, pelos Órgãos Oficiais e pelos líderes políticos e religiosos de nosso país? Quando foram realizados os primeiros trabalhos de Educação Sexual no Brasil e como foram essas experiências? Qual o andamento das mesmas e que dificuldades encontraram pelo caminho? Os acontecimentos histórico-políticos exerceram alguma interferência? Quando e de que forma?

É útil considerar, também, a seguinte reflexão: poderia essa história ter exercido influência nos trabalhos desenvolvidos ao longo da década de 90? Poderia, ainda, ser possível constatar resquícios dessa influência?

É uma questão intrigante, que deverá ser retomada neste artigo.

Antes de tratarmos da história aqui proposta, é importante esclarecer que é imprescindível que se priorize o uso do termo educação sexual, mais comumente utilizado nas publicações acadêmico-científicas, em oposição aos outros, tais como: instrução sexual e orientação sexual.

Orientação sexual é uma terminologia adequada para referir-se à direção do desejo sexual do indivíduo, que pode ser homo, hetero ou bissexual, conforme definição dos estudiosos: Cavalcanti (1993), Sorj (1992) e Suplicy (1987).

¹ Departamento de Psicologia Social e Institucional - Universidade Estadual de Londrina - UEL - 86051-990 - Londrina - Estado do Paraná - Brasil.

"Proponho que seja padronizado o uso do termo educação sexual, por considerá-lo o mais adequado, uma vez que, entre outros motivos, diferentemente dos outros termos, implica que o educando seja considerado sujeito ativo no processo de aprendizagem e não mero receptor de conhecimentos, informações e/ou orientações." (Figueiró, 1996b, p.59)

Dando início à história da Educação Sexual no Brasil, conforme apontam pesquisadores, os primeiros trabalhos desse gênero se deram no início deste século, mais especificamente, nas décadas de 20 e 30. Também a partir desse mesmo período, podem-se encontrar registros de manifestações que apontam diretamente para a necessidade de programas de Educação Sexual (Barroso & Bruschini, 1982; Rosemberg, 1985; Werebe, 1978).

Muitos educadores, além de médicos, participaram nessa época, da defesa da Educação Sexual na escola, porém motivados pelo interesse de aumentar o conhecimento das mulheres e melhorar sua saúde. Os objetivos eram os mesmos que fundamentavam o aumento das oportunidades educacionais para a mulher e, em nenhum desses casos, estava havendo a preocupação com a reestruturação dos papéis sexuais. Ainda mais:

"médicos e educadores em um número considerável manifestavam-se a favor da educação sexual como forma de evitar a perversão moral, as psicoses sexuais e a degeneração física, bem como assegurar a saudável reprodução da espécie". (Bruschini & Barroso, 1986, p.32)

Uma primeira iniciativa de incluir a Educação Sexual num currículo escolar data de 1930, no Colégio Batista do Rio de Janeiro, cuja experiência prosseguiu por vários anos, até que em 1954, o professor responsável foi processado e demitido do cargo.

Em períodos anteriores à década de 60, algumas experiências de Educação Sexual somente aconteceram em escolas protestantes ou em escolas que não tivessem vínculo religioso.

"A Igreja católica constituiu um dos freios mais poderosos, até a década de 60, para que a Educação Sexual formal penetrasse no sistema escolar brasileiro. Em primeiro lugar, por sua posição claramente repressiva em matéria de sexo; em segundo lugar, pela posição de destaque que ocupou na educação nacional, através da manutenção e da ferrenha defesa de sua rede de ensino. Portanto, mesmo antes do final da década de 60, quando ocorreu no país um momento de hipertrofia de um autoritarismo

moralista, o sistema de ensino nacional era bastante repressivo, tanto à veiculação de informações sobre sexualidade humana quanto à manifestação da sexualidade entre os estudantes". (Rosemberg, 1985, p.12).

O maior número de experiências de implantação de programas de Educação Sexual no Brasil foi registrado na década de 60, sendo esse então considerado um período relativamente favorável. (Barroso & Bruschini, 1982; Rosemberg, 1985; Werebe, 1978).

Também nessa época, alguns colégios católicos passaram a desenvolver programa de Educação Sexual, em conseqüência de algumas mudanças (não homogêneas) na Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965.

Não apenas houve um aumento no número de experiências, como também, um maior interesse pela questão nos meios educacionais e nas camadas mais esclarecidas da sociedade.

É útil destacar que, na década de 60, também a rede pública foi palco dessas experiências e que as mesmas tiveram lugar em vários pontos do país, principalmente nos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Maria José Werebe, em seu livro escrito em 1977: "A Educação Sexual na Escola", cita que nesse período favorável (década de 60), as escolas paulistas públicas, cujas experiências tiveram maior repercussão foram: Colégio de Aplicação, sob a responsabilidade do Departamento de Educação da Universidade de São Paulo; Ginásios Vocacionais, sob a direção de Maria Nilde Mascelani; Ginásios Pluricurriculares sob a direção da professora Terezinha Fram. Todas essas experiências estavam inseridas numa prática de renovação pedagógica.

Nesse livro, a autora apresenta, em um dos capítulos, a experiência do Colégio de Aplicação, que foi criada dentro do Serviço de Orientação Educacional, cuja direção era assumida pela própria autora.

A experiência foi realizada de 1963 a 1968 e era desenvolvida dentro do que se chamava: orientação de grupo, que era uma atividade incluída no horário regular, mas que distinguia-se das disciplinas escolares, seja pela forma de trabalhar, seja porque não partia de um programa pré-estabelecido.

Foram realizados quatro ciclos de Educação Sexual com alunos da primeira série ginásial (atual quinta série do 1º grau) e dois com as da segunda série (atual sexta série do 1º grau). Os grupos eram mistos e cada um deles era formado por metade da classe. Cada ciclo compreendia uma média de nove reuniões, em que, nas três a quatro primeiras, a participação era do professor de Ciências, que se responsabilizava pelas informações biológicas e, as restantes

ficavam a cargo do orientador, que coordenava as discussões.

Apenas o primeiro ciclo se deu com a participação exclusiva do orientador educacional.

Os temas trabalhados partiam do interesse e necessidade dos alunos; a orientadora educacional também fazia propostas de temas, porém a definição dos mesmos era decidida democraticamente, através de voto.

"... a informação científica não constituía o objectivo principal visado, pois estava-se convencido de que esta informação por si só não poderia ter uma influência importante sobre a atitude dos adolescentes em relação ao sexo. Por essa razão, considerava-se essencial, nas reuniões, o estabelecimento de um clima favorável à livre expressão das dúvidas, inquietudes e falsas idéias que os alunos poderiam ter sobre a vida sexual". (Werebe, 1977, p.230)

Todos os profissionais envolvidos participavam de um seminário semanal de estudos, no qual foi incluída também a análise das principais obras de Carl Rogers, sobre a orientação não-diretiva e estágios de dinâmica de grupo.

Werebe (1977) diz que,

"... a despeito da singularidade da experiência do Colégio de Aplicação e das incontestáveis limitações quanto à generalização do 'modelo' posto em prática, alguns ensinamentos podem ser tirados da experiência do Colégio".

Considera-se útil salientar os seguintes:

1. A inserção da educação sexual na orientação de grupo, como uma resposta à demanda explícita dos alunos, determinou em grande parte o sucesso do trabalho.

2. O entrosamento entre educação sexual em grupo e individual foi extremamente positivo: as duas ações completaram-se bem.

3. Os programas desenvolvidos com os pais, em particular os seminários de discussão, foram muito importantes para levá-los a compreender melhor o trabalho feito com os alunos e a "aceitar" a sexualidade de seus filhos, bem como para encorajá-los a dialogar com eles.

4. As discussões em grupo favoreceram a "liberação da palavra". Por outro lado, o intercâmbio de pontos de vista, entre alunos, permitiu-lhes distinguir, na análise de uma questão, os factos científicos que dependem [independem?] de opiniões pessoais, dos aspectos valorativos passíveis de controvérsias". (p.238)

Segundo a autora, uma crise política ocorrida nesse Colégio em 1967 foi a causa da interrupção dessa experiência.

No que concerne à experiência dos Colégios Vocacionais do Estado de São Paulo, desenvolvida de 1961 a 1969, Pimentel & Sigrist (1971) comentam-na, num dos capítulos do livro

Orientação Educacional. Há vários pontos em comum, entre essa experiência e a do Colégio de Aplicação, como por exemplo, o desenvolvimento da educação sexual dentro de Orientação de grupo, atendimento individual ao aluno, o trabalho com os pais e o desenvolvimento de seminários de estudos para os profissionais.

Há que se ressaltar, porém que, enquanto Werebe dá ênfase, em seu texto, nas discussões com os jovens, considerando-as estratégia de trabalho, Pimentel & Sigrist explicitam claramente como a Educação Sexual era inserida no currículo e no processo educativo como um todo. Para isso, citam exemplos da programação das disciplinas, mostrando como estavam integradas com a Orientação Educacional no desenvolvimento do plano de Educação Sexual. A explanação é feita com relação às quatro séries ginasiais (atualmente: 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries do 1º grau) e engloba a programação das seguintes disciplinas: Estudos Sociais; Português; Ciências; Educação Física; Educação Musical; Educação Doméstica; Artes Plásticas; Artes Industriais.

É possível crer que a divulgação da experiência tenha se restringido mais (ou quase que exclusivamente) a orientadores educacionais, devido ao título do próprio livro, o que provavelmente não deve ter acontecido com a experiência do Colégio de Aplicação, uma vez que, como já foi citado anteriormente, é comentada no livro Educação Sexual na Escola.

Acontecimentos políticos de grande envergadura no final da década de 60 e, em boa parte da de 70, influíram negativamente no processo, fazendo mudar o rumo que vinha tomando a história das experiências de implantação de programas de Educação Sexual no país, como um todo.

No que tange a esses acontecimentos políticos, alguns precisam ser destacados:

- em 1968, foi rejeitado o projeto da deputada Júlia Steinbruch (PMDB - RJ) que propunha a inclusão obrigatória da Educação Sexual nos currículos de 1º e 2º graus;

- em maio de 1970, o Congresso Brasileiro oficializou a censura prévia de livros e jornais;

- em 1976, a conselheira Edília Coelho Garcia, ao apresentar a posição oficial brasileira no Primeiro Seminário Latino-Americano de Educação Sexual, afirmou, entre outras coisas, que:

"... entendemos no Brasil que primordialmente é à família que compete uma educação nos problemas de educação sexual (...). Realmente no Brasil, em regra geral, somos contrários às chamadas aulas de educação sexual..." (Rosemberg, 1985, p.15).

Um outro empecilho para a implantação da Educação Sexual nas escolas foi a política de planejamento familiar pró-natalista, adotada na época.

Em 1965, Ataliba Nogueira, Secretário de Educação do Estado de São Paulo, proibiu aos

professores de escolas públicas a transmissão de informações sobre meios anticoncepcionais e controle de natalidade. A medida interferiu diretamente nos programas que vinham sendo desenvolvidos, limitando os assuntos que podiam ser debatidos.

Também Werebe (1977) denunciou a influência negativa e castradora da proibição, naquela experiência do Colégio de Aplicação da USP.

Isso tudo emergiu num contexto mais amplo de puritanismo, autoritarismo e repressão política que marcavam o país nessa época.

Por diversas vezes aconteceram manifestações, embora frustradas, de intelectuais e de outras pessoas que se dispunham tentar reverter a situação, isto é: deixar livre o caminho para a implantação da Educação Sexual.

"Um dos argumentos mais utilizados em relação à repressão às experiências educacionais na rede pública era a 'denúncia' da orientação sexual como imoral e subversiva." (Matanó, 1990, p.34)

Em conseqüência, muitas experiências que vinham sendo realizadas foram encerradas; algumas porém, continuaram sendo realizadas na semi-clandestinidade.

"Curiosamente, não havia nenhuma lei ou proibição formal contra a educação sexual. A interdição era difusa e, talvez por isso mesmo, mais eficiente. O assunto era tabu, existia, mas não se falava sobre ele. Orientadores, professores e educadores, de modo geral, passaram a assumir a interdição, temendo represálias e obedecendo a uma lei que, na verdade, nem mesmo existia." (Barroso & Bruschini, 1982, p.23)

Vários processos são abertos, na década de 70, contra pessoas que tentam desenvolver algumas experiências. Segundo Rosemberg (1985), esses processos vêm mostrar que a própria administração escolar (civil e laica) estava também impregnada pelo ideário moralista e autoritário; órgãos como o conselho Federal da Educação vinham atuando, tanto quanto os líderes religiosos ou militares, de uma maneira repressiva.

Werebe (1978) mostra através de duas enquetes realizadas em 1976, junto a orientadores educacionais que, mesmo nessa época de repressão, as experiências subsistiram em vários pontos do país, sendo que até algumas se inauguraram.

Um fator que pode ter contribuído acentadamente para o entrave da oficialização da Educação Sexual nas escolas ou mesmo dificultado a realização de novas experiências é o argumento da prioridade. Ele foi usado - em 1976 - no parecer do depoimento da conselheira Edília, anteriormente citado. Rosemberg (1985) diz que esse argumento continuar ainda por muito tempo a ser usado pelos opositores à inclusão da Educação Sexual no currículo.

Coerente com essa previsão, pode-se citar a afirmação de Castro e Oliveira (1991, p.1):

"a escola fracassa no mais central que é ensinar a ler escrever e contar. Antes de pensar em melhorar a educação sexual, meio ambiente ou conteúdo humanista, é preciso assentar todas as baterias no mais essencial: entender o que se lê, comunicar-se corretamente por escrito e lidar com problemas numéricos ou quantitativos do cotidiano. Simplesmente não dá para fazer tudo e a tentação é sempre fazer o mais fácil e o mais em moda".

O que este autor não consegue perceber é que ensinar a respeito da sexualidade (do meio ambiente ou de outros conteúdos humanistas) não atrapalha em nada o aprendizado escolar básico, mas, pelo contrário, tudo contribui para a formação integral do aluno. Na verdade, aqueles conteúdos podem ser usados como instrumentos para o ensino da leitura e da escrita.

Mais que ensinar a ler e escrever, a escola precisa preocupar-se em formar leitores. Como os assuntos relativos à sexualidade são mobilizadores e de grande interesse de crianças e adolescentes, trabalhar com livros que falem da sexualidade pode ser uma estratégia eficaz para conseguir desenvolver no educando o gosto e o hábito da leitura, de acordo com o que propõe Figueiró (1995; 1996a; 1996c).

Retomando o curso da história da Educação Sexual no Brasil, um pequeno primeiro avanço em termos de posição oficial aprovada pode ser registrado:

"em 1974, o conselho Federal de Educação (6 de agosto de 1974) aprovou o parecer elaborado pela conselheira Edília Coelho Garcia, que fixou a doutrina, a filosofia, o conteúdo e a forma do programa de Educação e Saúde que previu, para os alunos do 2º grau, o desenvolvimento de conhecimentos referentes à evolução puberal, educação sexual, gestação, puericultura e saúde mental". (O Estado de São Paulo, 7/7/1974, apud Rosemberg, 1985, p.15)

Felizmente, em 1978 o espaço para a Educação Sexual no Brasil é reconquistado; porém, a abertura não se deu de maneira homogênea. Um conjunto de acontecimentos repressivos ainda continuaram acontecendo (inclusive na década de 80), apesar do abrandamento geral da censura oficial e oficiosa no final dos anos 70.

É realizado em São Paulo, em 1978, o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas e, a partir daí, outros eventos científicos foram desencadeados.

É pertinente expor o que pensava nessa época a pesquisadora Maria José Werebe, bastante comprometida e preocupada com a

Educação Sexual na escola. Após traçar o caminho percorrido no Brasil para a implantação da Educação Sexual, concluiu seu texto afirmando que:

"... parece-nos que não há ainda, no país, condições propícias à implantação efetiva de uma educação sexual que contribua para o desenvolvimento harmonioso e integral da personalidade da criança e do adolescente. Os obstáculos institucionais a uma tal implantação são inúmeros ..." (Werebe, 1978, p.27)

No entanto, ainda nesse ano, um projeto em escolas da rede municipal de São Paulo foi iniciado e desenvolvido durante cinco anos: 1978 a 1982. Matanó (1990) analisou-o em sua dissertação de Mestrado, realizando entrevistas com pessoas diretamente envolvidas com a experiência e também usando de análises de registros oficiais.

O projeto era oficial, de caráter "preventivo" e visava ao "ajustamento do aluno" [grifo da autora]. Sua realização deu-se "... dentro do currículo como aspecto da formação integral da personalidade e com destaque ao conhecimento de si mesmo" (Projeto de Orientação Sexual, 1979, p.12, apud Matanó, 1990, p.75)

Foi um trabalho desenvolvido por orientadores educacionais e professoras de Ciências, nas 5ª séries do 1º grau, tendo em 1978 atendido a 3 escolas; no ano seguinte, a 16 e, em 1980, a 31 e, finalmente, a 50 escolas em 1982, o que implicou um atendimento, no período, de quase 19.000 alunos da 5ª série e, aproximadamente, 2.000 alunos de 7ª série. O trabalho nas 7ª séries, assim como na 4ª e 5ª foi desenvolvido a partir de 1979.

Após a experiência realizada em 3 escolas em 1978, ficaram estabelecidas várias recomendações para a implantação do projeto junto a alunos, entre elas:

"que o Orientador Educacional seja o coordenador do trabalho..."; - "que seja envolvida toda a equipe de professores..."; "que seja garantida uma etapa de treinamento de técnicos e professores envolvidos..." (Projeto de Orientação Sexual, 1979, p.12, apud Matanó, 1990, p.142)

O projeto, que nasceu a princípio da necessidade sentida pela comunidade escolar, contou com o apoio do Secretário de Educação Hilário Torlone para a sua implantação e também com o apoio de Jair de Moraes Neves, Secretário de Educação, no período de 1979 a 1982.

"acredita-se que, mantidas as condições existentes, dentro em breve a rede toda de ensino seria

abrangida de uma forma natural, sem a necessidade de se baixarem normas ou decretos institucionalizando a orientação sexual nas escolas, o que poderia ocasionar resistências e deturpações por abarcar profissionais não sensíveis ao problema e à forma de tratamento da matéria". (Matanó, 1990, p.244-5)

Embora a proposta fosse estender o Projeto de Orientação Sexual para a pré-escola e todas séries do 1º grau, em 1983, o mesmo foi cancelado, uma vez que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, na época, Guiomar Namo de Mello, não considerava Educação Sexual uma questão prioritária naquele momento.

Na sua opinião, as dificuldades para se realizar a "orientação sexual" (terminologia usada por Matanó na maior parte de sua dissertação) nas escolas são inúmeras e a tarefa mais importante das mesmas é propiciar ao aluno acesso ao conhecimento.

Aqui podemos ver novamente emergindo a questão da prioridade, como obstáculo à implantação da Educação Sexual.

Matanó diz que, nem mesmo extinto oficialmente, na prática, o projeto não morreu de todo e que algumas pessoas continuaram a desenvolver os trabalhos, mesmo sem a ajuda do órgão central.

Vale dizer que a Rede Municipal de Ensino de São Paulo oficializou, novamente, após uma parada de seis anos, um outro Projeto de Educação Sexual, em 1989, com o respaldo do Secretário Municipal de Educação, Paulo Freire, ficando a coordenação a cargo da atual Deputada Federal Marta Suplicy.

O projeto foi cancelado em 1993, devido ao fato de que o Prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, suspendeu a verba para o pagamento dos educadores sexuais. (Suplicy, 1994)²

Na história de implantação da Educação Sexual nas escolas é necessário destacar a pesquisa realizada em 1979 por uma equipe da Fundação Carlos Chagas, cujo objetivo inicial era investigar as atitudes e os valores dos jovens de diferentes classes sociais. Porém, os objetivos dessa pesquisa passaram a incluir a testagem da viabilidade de uma metodologia de trabalho para educação sexual, qual seja: o debate aberto. (Barroso & Bruschini, 1982).

Dessa experiência participaram jovens de 15 a 17 anos de vários segmentos sociais; os professores responsáveis por conduzir o debate aberto foram preparados com a devida antecedência pela equipe de pesquisadores.

Barroso & Bruschini (1982), coordenadoras da pesquisa, além de ressaltarem o valor da informação, propõem que sejam trabalhados os valores e atitudes relacionados à

² SUPLICY, Marta. Do ficar à menopausa. Londrina, 08.03.1994. (Anotações de palestra)

sexualidade, de forma não diretiva, num clima de debate, no qual, porém, devam ser enfatizados os valores humanos básicos, quais sejam: a liberdade e a integridade pessoal, a consideração pelos outros e a igualdade entre homens e mulheres. No que tange às questões controvertidas (como por exemplo: aborto e virgindade), em relação às quais encontramos na sociedade posições mais conservadoras, ou mais liberais, defendem que é preciso mostrar aos jovens os diferentes pontos de vista, respeitando os valores morais ou religiosos que cada um traz consigo, dando-lhes liberdade de fazerem suas próprias opções.

De forma semelhante, na experiência do Colégio de Aplicação da USP (Werebe, 1977) e dos Colégios Vocacionais (Pimentel & Sigrist, 1971) eram valorizadas as discussões em grupo com os educandos, considerando os interesses dos mesmos para a seleção dos temas.

Uma outra experiência significativa e que merece ser destacada por ter ocorrido também no início da década de 80 e por ter valorizado discussões e reflexões em grupo como estratégias para a Educação Sexual é o Projeto desenvolvido pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) da Secretaria de Estado da Educação (SP), juntamente com o Departamento de Educação da Faculdade de Saúde Pública da USP. O projeto foi composto de duas partes: estudos preliminares sobre Educação Sexual nas escolas da rede estadual de ensino, em 1980; experiências pilotos, em 1981, em seis escolas da capital, as quais treinaram professores e orientadores educacionais, para que inserissem o programa de informação sexual (termo usado no texto) na própria grade curricular, ou seja: nas disciplinas de Ciências e Programas de Saúde, previstas para o 1º e 2º graus. Foram necessárias algumas adaptações, em termos de currículo, para que se pudesse realizar o trabalho a partir da 5ª série do 1º grau. (São Paulo, 1984).

Quando se tem em mãos propostas já experimentadas e viáveis de como se desenvolver um determinado trabalho, bem como o conhecimento de seus resultados, é possível identificar a probabilidade de se conseguir mais adeptos à defesa de sua implantação.

Numerosos debates foram realizados no final da década de 70 e no início de 80, para os quais contribuíram os meios de comunicação (rádio, televisão e revistas).

Muitos livros são escritos na década de 80, analisando a sexualidade, tanto para jovens, como para crianças e adultos; outros, de caráter científico, visam refletir sobre Educação Sexual, principalmente escolar.

Debates e publicações, com a preocupação sobre a gravidez precoce e da contaminação da AIDS, vieram contribuir para que passasse a haver, por parte de pais, educadores e da sociedade em geral, um maior interesse na Educação Sexual das crianças e dos jovens, mais especificamente, uma preocupação maior com atuação da escola nesta tarefa.

Assim é que os participantes da reunião promovida em junho de 1980 pelo Serviço de Orientação Educacional da CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas) de São Paulo manifestaram:

"... consenso quanto à necessidade da Escola assumir a tarefa de dar educação sexual, visto que a maior parte das famílias, cujos filhos são atendidos pela Rede, não tem o instrumental para fazê-lo. (Barroso & Bruschini, 1982, p.25)

No entanto, em 1985, Rosemberg afirma: *"... os educadores ainda não ultrapassaram o debate de se a escola deve ou não incluir a Educação Sexual em seu currículo. E mais: debates e experiências têm se circunscrito quase que exclusivamente à escola de 1º e 2º graus, deixando de considerar carências e demandas universitárias..." (p.12)*

É possível crer que nos dias atuais, uma maioria significativa de educadores e pesquisadores estejam seguros quanto à necessidade de que a escola atue de forma planejada na Educação Sexual dos alunos.

Finda a apresentação geral da história da Educação Sexual no Brasil, é possível afirmar que essa área do conhecimento científico requer, atualmente, pesquisas que tracem sua história, esmiuçando o "movimento" dos trabalhos de Educação Sexual em pontos representativos dos vários Estados. A lacuna, ou seja, a falta de estudos nessa direção diz respeito, em especial, à caminhada das décadas de 80 e 90.

Nesse sentido, é pertinente incluir aqui um breve resumo do estudo realizado por Figueiró (1997), que procurou traçar o movimento dos primeiros trabalhos de Educação Sexual realizados na cidade de Londrina que, sendo um centro polarizador do Norte do Paraná, é considerada a terceira cidade mais importante da região Sul do Brasil, aquém, apenas, de Porto Alegre e Curitiba.

Para apreender a história da Educação Sexual em Londrina, a autora decidiu partir do levantamento dos trabalhos de preparo de educadores sexuais já realizados na cidade.

Além de servir como modelo de um dos possíveis estudos que ajudariam a preencher as lacunas a que se fez referência acima, essa pesquisa oferece elementos para o retorno à questão inicialmente proposta neste artigo, qual seja: a da interferência, a longo prazo, de experiências acontecidas em etapas prévias no percurso da história, nas experiências atualmente realizadas.

Na cidade de Londrina, o marco das primeiras experiências de Educação Sexual é o início da década de 90. Desde esse período, alguns cursos esparsos, de poucas horas (em média de 10 a 20), aconteceram e vêm acontecendo nas escolas públicas, quando,

geralmente, a partir de solicitações feitas pelos professores, o assunto é trabalhado em período reservado para aperfeiçoamento profissional chamado: Semana Pedagógica, que acontece, geralmente, duas vezes por ano. Nesta, várias temáticas são trabalhadas e o professor deve optar por participar de uma delas. Não se trata de nenhum projeto deliberado de preparação do educador sexual; pelo contrário, trata-se apenas de algumas horas de reciclagem, de estudo. Nesses casos, não tem havido um acompanhamento e avaliação posterior de resultados.

O primeiro trabalho organizado na cidade de Londrina, com o propósito exclusivo e direto de preparar educadores sexuais ocorreu, no ano de 1992. Tratava-se do curso denominado: "Atualização em Sexualidade Humana e Prevenção em DST e AIDS", proposto pela Comissão Regional de Prevenção à AIDS (vinculada ao GAOPA: Grupo de Atendimento e Orientação a Pacientes com AIDS, do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina -- UEL) e Secretaria Estadual de Saúde que tinha como objetivo maior o combate à AIDS. Foi um curso de 12h, para 140 professores de 5ª à 8ª séries, da Rede Estadual de Ensino.

Tendo em vista que um desses professores teve sérios problemas com pais de alunos, por falar da sexualidade na escola, aquela Rede de Ensino, que também colaborou na organização do curso, não permitiu que outros fossem desenvolvidos junto aos professores estaduais. Assim sendo, no ano de 1993 o curso foi ministrado para professores da Rede Municipal de Ensino e planejado para 40h, desenvolvidas numa semana, pois foi reconhecido que 12h eram insuficientes.

Infelizmente, esses cursos de Atualização não tiveram prosseguimento, ou seja, não continuaram a ser estendidos aos demais professores, nem da rede estadual, nem da municipal.

É importante que se registre o fato acima referido, ocorrido em outubro de 1992, o qual marcou, de forma negativa, os primeiros passos da caminhada da Educação Sexual em Londrina. Trata-se da acusação de aliciamento de menores feita ao Prof. de Ciências, Sylvio Sidinei Benini, de uma das escolas estaduais. Trabalhando Educação Sexual, de 5ª à 8ª séries, foi acusado por pais de seis alunos protestantes (Testemunhos de Jeová). Tendo recebido até ameaça de morte, foi afastado da escola e designado para uma outra. O fato foi noticiado na Folha de Londrina, no Jornal de Londrina e no Jornal Nacional, veiculado pela Globo. (Benini, 1995)³.

Segundo entrevista feita com o professor, os seus alunos tinham muita liberdade para lhe fazer perguntas e, espontaneamente, escolhiam-no quando tinham dúvidas ligadas à sexualidade.

Naquela escola, Benini começou a falar sobre o assunto para alunos da 7ª série e, como estes comentavam sobre o que aprendiam, o professor foi solicitado para que também fizesse o mesmo nas demais séries, passando a trabalhar o assunto, da 5ª à 8ª.

Esta parte da história da Educação Sexual de Londrina nos faz lembrar a ocorrida em São Paulo, em 1973, com uma professora que, denunciada por um pai/ex-militar, enfrentou um processo bastante moroso e recebeu pena de quinze dias de expulsão, publicada no Diário Oficial de 25/1/75. Muito possivelmente, outras histórias semelhantes têm-se repetido pelo Brasil a fora.

Não é de se estranhar a reação de pais conservadores, mesmo na década de 90, pois faltam trabalhos que os ajudaram a compreender a importância da Educação Sexual na vida dos seus filhos e, sobretudo, o papel da escola e da família nessa questão.

O que mais provoca indignação, no entanto, no caso do Prof. Benini, é que esta era uma oportunidade ótima para que se desencadeasse uma abertura de discussão sobre a importância da Educação Sexual nas escolas, aproveitando para conscientizar professores, pais e a sociedade londrinense em geral. O debate aberto, por sua vez, poderia ser uma força motriz para o desenvolvimento de uma política pública, que viabilizasse maior preparo e segurança para os professores dispostos a falar sobre a sexualidade nas escolas. Quem sabe, não poderia haver repercussão para outras localidades circunvizinhas, uma vez que Londrina é centro de referência macro-regional?

Até que ponto esse incidente poderia vir a provocar medo, receios ou inseguranças em alguns professores da cidade de Londrina e, então, dificultar sua atuação como educador sexual? Seria um fator que mereceria atenção de profissionais que se dispusessem a preparar educadores sexuais nesta cidade? É uma questão, de fato, a se analisar.

Um outro trabalho de preparo do educador, diz respeito ao Projeto Salto Para o Futuro que ofereceu um treinamento em sexualidade de 26h, em 1993, para 1572 professores da Rede Municipal e Estadual de Londrina e de outras dezenove cidades circunvizinhas.

O Projeto, que é desenvolvido em várias regiões de nosso país, desde 1991 e, em Londrina, desde 1992, faz parte do Programa de Educação à Distância e inclui vários outros treinamentos, tais como: Matemática e Educação Física.

Desenvolveu-se um único treinamento em sexualidade, de 26h, via programa televisivo, em 93, direto da Central do Rio de Janeiro.

O Salto Para o Futuro continua vigente oferecendo treinamentos em várias especialidades, o que deve estar trazendo, portanto, contribuições para a melhoria do ensino, de forma geral. No entanto, é um trabalho limitado quanto à temática

³ BENINI, Sylvio Sidinei. Episódio de vítima de acusação de aliciamento de menores. (Entrevista concedida a autora do artigo em 31.08.1995).

aqui tratada, por ser desenvolvido através de um número de horas muito limitado e também por não ser realizado acompanhamento à atuação do educador. Há que se considerar, no entanto, que não é um programa voltado, exclusivamente, para o preparo do educador sexual.

É possível afirmar que os primeiros poucos trabalhos sistematizados de preparo do educador sexual, em Londrina, ocorreram no período de 1992 a 1993. Deste ano até 1995 constatou-se uma lacuna, pois não se registrou nenhum outro trabalho dessa natureza.

No início de 1995, foi criado um Projeto, na Universidade Estadual de Londrina -UEL (em andamento ainda no ano de 1998), cujo propósito é treinar professores da Rede Pública para atuarem como educadores sexuais. No seu terceiro ano de andamento, o trabalho é desenvolvido ao longo de quase dois semestres letivos, perfazendo 100hs de curso. Com a participação de estagiários do curso de Psicologia, o Projeto treina uma média de cinquenta a sessenta professores por ano.

Se consideramos que a Universidade possui vários cursos relacionados à Educação Sexual, tais como: Psicologia, Pedagogia e Biologia, fundados há mais de vinte anos, é significativo o fato de que, excetuando-se a participação do Hospital Universitário no trabalho de 1992, já comentado, não tenha sido criado, antes mesmo de 95, demais iniciativas que se preocupassem com uma questão tão emergente. No ano de 1996, também a ALIA (Associação Interdisciplinar de AIDS) e o Serviço Municipal de Saúde realizaram um treinamento para aproximadamente 150 professores de 1ª à 4ª séries da rede municipal, em duas etapas, sendo uma desenvolvida no 1º semestre e a outra no segundo, com 20h cada.

O propósito era formar, posteriormente, núcleos em várias regiões da cidade, os quais pudessem funcionar como serviço de assessoria aos educadores sexuais treinados, propósito esse que não foi concretizado. Além disso, os cursos/treinamentos também não tiveram continuidade.

Até que ponto o apoio e a participação de Órgãos Públicos são necessários para o êxito e a continuidade de trabalhos de Educação Sexual que envolvam um amplo número de escolas? Esse apoio é imprescindível? Se for, o que falta ou o que dificulta a atuação dos mesmos?

Neste ponto, é bom lembrar a respeito do projeto já comentado anteriormente, da Rede de Ensino Municipal da cidade de São Paulo, realizado de 1978 a 1982, e que foi cancelado porque a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo cancelou seu apoio.

Segundo Matanó (1990, p.90-1)

“... mesmo que não haja, necessariamente, barreiras interpostas de forma direta, proibindo a Educação Sexual, simplesmente a falta de apoio de Órgãos que possam fornecer infra-

estrutura já é o suficiente para dificultar a implantação e desenvolvimento de projetos que atendam a um número mais satisfatório de escolas.”

A autora defende que são necessários o apoio e a colaboração de Órgãos oficiais, mas que, no entanto, podem existir ou deixarem de existir, dependendo das metas educacionais estabelecidas em cada gestão da Secretaria de Educação e da vontade política de quem exerce o poder.

Enquanto que, geralmente, as iniciativas em várias cidades brasileiras têm partido de Órgãos Públicos ligados à Educação, em Londrina, foi possível concluir que os poucos trabalhos de preparo do educador sexual se deram através de setores da Saúde, a partir de uma preocupação primeira de prevenção em DSTs, especialmente AIDS.

Embora envolvessem a participação de Órgãos de Ensino Públicos, seja estadual, seja municipal, os mesmos não tiveram o papel de vanguarda que seria de se esperar, em se tratando de Educação Sexual. Talvez esse fato possa explicar a ausência de ligação e/ou seqüência entre os diferentes trabalhos desenvolvidos.

Infelizmente, Londrina está caminhando muito devagar no que diz respeito à Educação Sexual, deixando de explorar, devidamente, o potencial de sua Rede educacional. Os trabalhos de preparo do educador sexual realizados têm sido poucos, esparsos e sem continuidade assegurada. Considerando seus “primeiros passos”, Londrina está numa defasagem de quase 20 anos, se comparada à iniciativas da Rede Municipal de São Paulo, o que demonstra o grau de influência da longa repressão histórico-social da sexualidade a que fomos todos submetidos e que nos tem levado a dificuldades, resistências e, possivelmente, até comodismo em tratar da questão.

Findo o apanhado geral da história dos trabalhos de preparo do educador sexual desenvolvidos em Londrina, é preciso retomar a questão inicialmente proposta neste artigo, da interferência, ou não, a longo prazo, de experiências acontecidas em etapas prévias do percurso das experiências atualmente realizadas.

O caso do Prof. Benini, ocorrido em Londrina, tem propiciado constatações dessa interferência, as quais poderão ser ilustradas a seguir.

Segundo registro realizado por Figueiró (1997), uma determinada professora que leciona de 5ª à 8ª série em uma escola estadual, ao participar, em 95, do treinamento oferecido pela Universidade Estadual de Londrina (Projeto/UEL), mostrava-se ansiosa e insegura por começar o trabalho em sala de aula. Mesmo assim, deu algumas aulas esparsas sobre o assunto, para seus alunos, continuando a sentir-se insegura; porém, não falava sobre esses sentimentos de forma objetiva. A coordenadora do Projeto, por sua vez, percebia mas “não abriu o jogo”, por supor

que fosse algo inerente à dificuldades pessoais/profissionais da mesma.

Acontece que essa professora, após ter participado do treinamento, por dois semestres consecutivos de estudos semanais e mais um de acompanhamento/supervisão mensal, em grupo, passou a ter, no quarto semestre, supervisão individual com a própria coordenadora do Projeto.

Numa das supervisões, a coordenadora perguntou a que ela atribuía o fato de, só agora (após um ano de treinamento e no final do primeiro ano de assessoria pós-treinamento) estar conseguindo sistematizar um trabalho junto aos seus alunos. Sua resposta foi: "é que eu tenho medo... muito medo da reação das crianças e dos pais dessas crianças. A gente teve um caso, aqui em Londrina, não sei se você sabe..., mas foi complicado o que aconteceu com um professor; foi problema com os pais. Então, cada vez que eu entrava para dar aula, eu lembrava desse fato que aconteceu numa escola vizinha da minha, no mesmo bairro. Então, até hoje, depois que eu falo para os alunos sobre sexualidade, eu fico apreensiva, com medo de acontecer alguma coisa".

Como se pode ver, o processo de iniciação de trabalhos de Educação Sexual, para um professor, nem sempre é simples e tão pouco depende apenas de um preparo técnico.

Elementos presentes na história, tais como experiências negativas, podem estar por trás, fazendo gerar receios, inseguranças. É desvendando esses sentimentos que se pode compreender, mais claramente, as dificuldades em dar os primeiros passos. Mais importante que isso é deixar falar sobre os receios, é reconhecer que eles existem, é lidar com eles.

Como dizia Yung: "uma pessoa não se torna iluminada imaginando figuras de luz, mas sim, tornando sua escuridão consciente". Entenda-se por escuridão, no contexto, os receios, os medos, as dúvidas e a ansiedade envolvidos na tentativa de enfrentar o desafio.

Às vezes, essa "escuridão" pela qual passa quem se dispõe a ser educador sexual não é causada por elementos que estão fora do indivíduo, no ambiente – como no caso acima, nos fatos emergidos na história – mas, por fatores inerentes à "história pessoal", ligados à características de personalidade própria ou a vivências individuais/pessoais.

A fim de ilustrar essa outra possibilidade, é pertinente citar mais um caso registrado, também, por Figueiró (1997). Uma professora de escola municipal, de 1ª à 4ª série do 1º grau, que participou do treinamento do Projeto/UEL, cujo desempenho foi exemplar, dado o seu dinamismo e o seu nível excelente de participação nos debates, enfrentou um impasse. Ela mostrava muito interesse em começar a desenvolver um trabalho junto a seus alunos de quarta-série, do 1º grau. No entanto, na ocasião do início do 2º semestre do seu treinamento, dizia que não poderia participar mais do grupo, pois começou a

fazer aulas de computação, justamente às terças-feiras, dia em que o grupo se reunia. Pedia para os companheiros reestudarem a possibilidade de mudar o dia, mas, era inviável conseguir um outro dia conveniente para todos. Três reuniões foram feitas com a tentativa de rearranjar horário. Parecia que ela realmente conseguia convencer todo o grupo e, possivelmente, a si própria, de que estava muito a fim de continuar, mas que não havia outro horário para o curso de computação. Na terceira reunião, a coordenadora do Projeto/UEL interveio, sinalizando à professora, perante todo o grupo, que ela estava vivenciando um processo de fuga, procurando algo como justificativa diante da escola onde atua, diante do grupo de estudos e diante de si mesma: "estão vendo, eu bem que queria continuar participando; mas, surgiu um empecilho... não dá, de jeito nenhum, para eu continuar...!"

A coordenadora disse que o grupo continuaria reunindo-se, normalmente, no horário de costume e que a professora deveria repensar se queria de fato ou não envolver-se, seriamente, com a Educação Sexual. Na reunião seguinte, lá estava ela participando (deixou a computação) e jamais faltou a qualquer reunião. Começou a desenvolver trabalhos efetivos que trazia para supervisão e hoje, mesmo depois de aposentada, continua atuando como educadora sexual.

Antes de participar do treinamento e durante o período em que dele participou, ela procurava sensibilizar as professoras que estavam sob sua responsabilidade (pois era supervisora pedagógica), para que elas comesçassem a fazer um trabalho junto aos alunos, de 1ª a 4ª série. Chegou para participar do treinamento, dizendo que "queria aprender, para sensibilizar seus professores". Após ouvir vários desabaços sobre o fato de que não conseguia "sensibilizar suas professoras", a coordenadora do Projeto incentivou-a para que ela própria comesçasse a trabalhar diretamente com as crianças, a princípio, com a 4ª série. Foi a partir daí, que a situação fluiu mais intensamente, complicando-se e levando-a a refugiar-se nas aulas de computação.

A professora acabou confessando, à coordenadora, que enfrentou, de fato, muito medo de começar a atuar como educadora sexual, pois estava afastada de sala de aula há quatorze anos e, ao voltar para a mesma, correria o risco de ser alvo de "fiscalização" das professoras às quais supervisionava, que poderiam vir a pensar: "será que ela aplica as coisas que orienta para a gente?" Vê-se, então, que cada educador vai traçando sua trajetória, possibilitando, ou não, a si próprio, vir a ser um educador sexual engajado.

É muito importante que esse processo de construção da caminhada pessoal não se dê de forma isolada, mas que, pelo contrário, seja um trabalho conjunto de vários educadores e, principalmente, dos vários elementos que integram a equipe pedagógica e administrativa das escolas.

Da mesma forma, é necessário que seja uma caminhada integrada a uma marcha maior,

num empenho para abranger a maior parcela possível das escolas do país. Para isso, não se deve, ainda, perder de vista a luta pela concretização de políticas públicas voltadas para a Educação Sexual.

Finalizando, é possível afirmar que conhecer a história da Educação Sexual no país, pode facilitar, ao educador, o engajamento com a temática e o empenho para trabalhar em prol de um novo rumo.

Esse rumo poderá ainda ser mais próspero, se a filosofia de trabalho for conceber a Educação Sexual como meio, não apenas, de preparar o educando para viver bem a sua sexualidade, de forma feliz e segura. Representa,

também, um espaço de formação dos educandos para que possam participar da transformação dos valores sociais e morais ligados à sexualidade, participando, por exemplo: - na reavaliação dos papéis sociais de homens e mulheres e na viabilização das mudanças necessárias, para que ambos tenham direito ao bem-estar e à felicidade, em igualdade de direitos. Desenvolve o resgate do direito ao prazer e a visão positiva e bonita da sexualidade e do corpo, em nossa sociedade; - na luta contra a violência sexual e contra toda a forma de preconceito sexual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARROSO, Carmen, BRUSCHINI, Maria Cristina. Educação sexual: debate aberto. São Paulo: Vozes, 1982.
- BRUSCHINI, Maria Cristina, BARROSO, Carmen. Educação sexual e prevenção da gravidez. In: Carmen et al. Gravidez na adolescência. Brasília: INPLAN / IPEA / UNICEF, 1986. p.29-54. (Série Instrumentos para a Ação n.6)
- CAVALCANTI, Ricardo da Cunha. Educação sexual no Brasil e na América Latina. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v.4, n.2, p.164-77, 1993.
- CASTRO, Cláudio de Moura, OLIVEIRA, João Batista. Educação: por onde começar? (S.l.): IEA 1991. (mimeogr.)
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico Figueiró. Educação sexual no Brasil: estado da arte de 1980 a 1993. São Paulo: IP/USP, 1995. (Dissertação de Mestrado).
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico Figueiró. Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio. Londrina: UEL, 1996a.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico Figueiró. A produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.98, p.50-63, ago. 1996b.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico Figueiró. Educação Sexual e política de leiturização: uma junção promissora. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.76, n.184, p699-734, set.dez. 1996c.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico Figueiró. O preparo do educador sexual. Londrina, s.n. 1997. (apostila).
- MATANÓ, Maria Silvia Cavasin. Orientação sexual: projeto de ação pedagógica da rede municipal de ensino de São Paulo (1978-1982). São Paulo: PUC, 1990. (Dissertação de Mestrado).
- PIMENTEL, Maria José da Glória, SIGRIST, Áurea C. Orientação educacional. São Paulo: Pioneira, 1971.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 53, p.11-9, maio 1985.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Sexualidade humana: uma abordagem curricular com enfoque educativo. São Paulo: SE / CENP, 1984. v.1
- SORJ, Bila. Relações de gênero e teoria social. In: SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE INCENTIVO E DE FORMAÇÃO EM PESQUISA SOBRE MULHER: Relação de Gênero na Sociedade Brasileira, 1, São Paulo, 1992. (Trabalho não publicado, versão preliminar)

SUPLICY, Marta. Conversando sobre sexo.
15.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

WEREBE, Maria José Garcia. A educação sexual
na escola. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

WEREBE, Maria José Garcia. A implantação da
educação sexual no Brasil. Cadernos de
Pesquisa, São Paulo, n.26, p.21-7, set. 1978.